

# Editorial

Em face da cultura do extermínio que vigora na lógica social hegemônica, conduzindo à atual crise da modernidade, vários autores aqui inscritos focalizam a problemática de *Riscos, precaução e proteção socioambientais*, o que constitui o temário geral norteador do presente número.

Tais temas permitem fecunda reflexão sobre a chamada “sociedade de risco” e a necessidade premente de medidas de precaução para a construção de novas formas societárias, em suas distintas expressões, ancoradas na ética da sustentabilidade socioambiental e na proteção da biodiversidade. Conflitos socioambientais entre formas de gestão ambiental, econômica, social e culturalmente diferenciadas consistem em focos centrais que permeiam as sociedades modernas com as chamadas comunidades tradicionais e com outros contextos sociais aqui abordados.

Por sua vez, a percepção ampla e sensível dos espaços da vida pode gerar alternativas socioambientais – ou novas formas de racionalidade para se lidar com a natureza – para a formação de uma cultura ecológica que perpassa profundamente a elaboração e implementação de modelos de desenvolvimento que contemplem nova interação entre os homens e a natureza.

Os artigos deste número apresentam, em termos teóricos e empíricos, a preocupação com tais questões, tanto do ponto de vista da análise diagnóstica como das formulações propositivas.

Nesta direção, inicia a abordagem do presente número a bióloga argentina Gabriela Lichtenstein com o tema “Comunidades locais, conservación de recursos naturales y mercado”. Neste artigo, a autora analisa o espaço de encontro entre políticas públicas de conservação da biodiversidade, redução da pobreza e produção agropecuária e as diferentes agendas e perspectivas dos atores sociais envolvidos, tanto no nível internacional quanto no que diz respeito à produção da vicunha nas comunidades andinas da Argentina, do Chile, do Peru e da Bolívia.

“O princípio da precaução nas políticas ambientais globais” é o título do artigo elaborado pelo cientista político Radoslav S. Dimitrov, traduzido para a revista por Vicente Rosa Alves, que se propõe a avaliar a aplicação do princípio da precaução em âmbito internacional. Ele

emprega um estudo comparativo de quatro casos nas políticas ambientais globais: erosão da camada de ozônio, chuva ácida, desmatamento e a degradação dos recifes de coral. Toma como pressuposto a ideia de que, ao contrário das noções acadêmicas correntes, o princípio da precaução não é amplamente empregado na política ambiental internacional. Para o autor, os registros empíricos mostram que os governos se abstêm de implementar uma política de regulamentação quando há incerteza sobre aspectos-chave dos problemas ecológicos.

O debate sobre populações tradicionais e proteção à biodiversidade é apresentado pelo cientista social Cleyton Gerhardt, focando a sua temática a partir de diferentes táticas discursivas de pesquisadores. Tal debate, para o autor, encontra-se hoje dividido num ambiente polarizado, expresso na interface que marca o fazer científico e a ação política de pesquisadores que se interessam pelo tema. Considera-se que um dos efeitos desse fenômeno tem sido a cristalização de uma controvérsia geral: de um lado, uma busca por evidências por parte dos que defendem a tese de que populações tradicionais sempre depredaram a natureza; de outro, esforço semelhante de cientistas que passam a procurar evidências que comprovem que tais populações protegem a biodiversidade.

Procedendo às considerações sobre a evolução do Sistema Nacional de Unidades de Conservação e o ordenamento territorial da Amazônia, a geógrafa Josimara Martins Dias e o geólogo Newton Müller Pereira enfatizam interações entre o Estado e a ciência. Considera-se que, atualmente, a Amazônia brasileira é a região que detém a maior concentração de áreas protegidas no Brasil e que também é a região que mais recebeu incentivos para tal prática no mundo a partir do ano 2000. Nestes termos, o artigo discute a conformação da função social dessas áreas protegidas em relação aos interesses locais, nacionais e internacionais. A regulação de tais áreas territoriais se estabelece, para os autores, pelo conjunto de normas que legitimam o uso e condicionam a dinâmica e as transformações na organização do território como resultado do campo de forças entre o Estado, o mercado e a sociedade civil, na qual se inclui a comunidade científica.

O artigo “A Política de apoio à agricultura familiar na conservação da biodiversidade no Brasil”, de autoria do engenheiro florestal Rogério Marcos Magalhães, trata inicialmente da noção de multifuncionalidade da agricultura e discorre sobre o embate internacional em torno do assunto. Em seguida enumera as funções desempenhadas pela agricultura familiar, defendendo a ideia de que o Brasil atende à função ambiental da agricultura alocando recursos financeiros subsidiados aos agricultores familiares em duas linhas de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf – voltadas para a agroecologia e a agrofloresta.

“A percepção dos riscos da atividade fumageira e sua contribuição na busca da reconversão produtiva no Assentamento de Reforma Agrária 25 de Maio, Santa Terezinha – SC” constitui o título do artigo dos autores Fernanda Savicki de Almeida (agrossistemas), Luis Alejandro Gutierrez Lasso (ciências humanas) e Clarilton Edzard Davoine Cardoso Ribas. Estes autores tomam como pressuposto a ideia de que a percepção de risco é uma construção sociocultural que se ancora no efeito concreto resultante de uma ação. Com base nisso, discutem a percepção dos agricultores do Assentamento 25 de Maio sobre os riscos decorrentes da produção fumageira e examinam a contribuição que esta reflexão coletiva sobre a percepção dos riscos aporta a um processo de reconversão produtiva por plantas medicinais, aromáticas e condimentares.

Abordando também a problemática dos riscos socioambientais percebidos por atores sociais concretos, a cientista social Marina Favrim Gasparini e o cientista político Paulo Freire Vieira discutem esta temática no artigo intitulado “A (in)visibilidade social da poluição por agrotóxicos nas práticas de rizicultura irrigada: síntese de um estudo de percepção de risco em comunidades sediadas na zona costeira de Santa Catarina”. A partir do *enfoque ecossistêmico da saúde humana*, este artigo apresenta uma reflexão sobre os diversos riscos provocados pelo uso descontrolado de substâncias químicas na produção de alimentos na zona costeira brasileira. Mais precisamente, apresenta as principais conclusões de um estudo de percepção de riscos da produção de arroz irrigada em duas bacias hidrográficas localizadas na zona costeira do centro-sul de Santa Catarina.

Os oceanólogos Juliano César Marangoni e César Serra Bonifácio Costa procedem em seu artigo à “Caracterização das atividades econômicas tradicionais no entorno das marismas no estuário da Lagoa dos Patos (RS)”. Este estudo

visou caracterizar os usos das marismas pelas atividades econômicas tradicionais (agricultura e pecuária extensiva) desenvolvidas no estuário da Lagoa dos Patos. O trabalho foi efetuado nos municípios de Rio Grande e São José do Norte por meio de entrevistas semiestruturadas com pessoas envolvidas com a pecuária, a agricultura e a área urbana vivendo no entorno das marismas.

O artigo sob o título “Pesca de pequena escala e a gestão patrimonial: o caso da pesca da tainha no litoral paranaense” é focalizado pela bióloga Luciana Pinheiro, pelos oceanógrafos Paulo da Cunha Lana e José Milton Andriguetto Filho e pela ecóloga Natalia Hanazaki. Os autores descrevem aspectos importantes à gestão da pesca de pequena escala com base na gestão patrimonial observada na pesca do arrastão de praia, particularmente da tainha, no litoral do Paraná. Segundo os autores, pelo fato de ser uma pesca coletiva, que desenvolve laços sociais importantes para o espírito comunitário, a prática do arrastão de praia merece ser repensada e incorporada na agenda de preocupações dos órgãos gestores.

O cientista social Valdir Fernandes e o engenheiro civil Fernando Soares Pinto Sant’Anna publicam, na sequência, seu artigo “A racionalidade da economia de comunhão e responsabilidade socioambiental: a necessidade de uma gestão organizacional influenciada por valores espirituais”. Enfocam na sua análise a experiência da denominada Economia de Comunhão, com destaque para seus fundamentos valorativos em termos espirituais, éticos e morais que se constituiriam, segundo os autores, numa possível dimensão socioambiental inerente às organizações integradas em tal forma de gestão.

No artigo denominado “Erradicação de espécies exóticas invasoras: múltiplas visões da realidade brasileira”, do biólogo Anderson Eduardo Silva Oliveira e do médico veterinário Daniel Gomes Pereira, analisa-se o universo formado pelos dados científicos e legais e a opinião pública sobre a erradicação de espécies exóticas invasoras no Brasil. As informações consolidadas indicam que os conflitos e incertezas acadêmicas sobre bioinvasão geram lacunas e conflitos entre os instrumentos legais existentes. Em adição, observa-se que a distância entre a geração e o acesso desses pela população é uma das principais causas da postura aversiva à implantação das ações de erradicação.

“Topofilia, conforto ambiental e o ruído urbano como risco ambiental: a percepção de moradores dos setores especiais estruturais da cidade de Curitiba” consiste no título do artigo da fonoaudióloga Angela Ribas, do engenheiro

mecânico Aloisio Schmid e da médica Eleusis Ronconi. O tema deste artigo é o ruído urbano, considerado, atualmente, a terceira causa de poluição do planeta. No Brasil, embora exista legislação específica que determina os limites de emissão de ruídos e estabelece medidas de proteção para a coletividade, o que se constata é que os níveis do mesmo estão acima de valores recomendados. Para os autores, a exposição ao ruído pode acarretar nos seres humanos alterações de diversas ordens e, conseqüentemente, resultar em diminuição da qualidade de vida.

Tais artigos compõem o presente número desta revista e estão balizados em aportes de distintas áreas do conhecimento científico, tanto oriundos das ciências da natureza e exatas como oriundos das ciências humanas, na busca da interface socioambiental.

Espera-se que as ideias aqui apresentadas possam vir a contribuir para uma fértil reflexão sobre os diferentes temas abordados numa visão interdisciplinar.

*Os Editores*